



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

FINALIDADE

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função do serviço de engenharia em questão, previstas no Termo de Referência e que aqui relacionadas passam a integrá-lo.

NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

A contratação dos serviços objetos da presente licitação justifica-se pelas razões de interesse público, tendo em vista que a ausência de estruturas de captação e reservação de água nos pequenos povoados da zona rural ocasiona extrema necessidade de se oferecer condições mínimas para sobrevivência e geração de renda para as famílias rurais. A insegurança hídrica apresenta-se como um grave entrave ao desenvolvimento humano. Por isso, o Governo Federal tem, através da Codevasf, frequentemente, promovido ações como perfuração de poços tubulares, construção de sistemas simplificados de abastecimento, distribuição de cisternas para armazenamento e emprego de barragens para combater essa situação.

Nesse contexto, a Codevasf-8ªSR vem desenvolvendo no Maranhão políticas, ações e projetos voltados para oferecer acesso à água potável e desenvolvimento das populações rurais, sendo que a obtenção desse recurso hídrico nessas localidades ainda é bastante difícil e inadequada. A utilização de perfuração e instalação de poços tubulares, com funcionamento através de energia fotovoltaica, oferece uma opção de curto prazo, baixo custo energético e operação sustentável, podendo ser empregada para dessedentação humana e animal, objetivando a diminuição dos efeitos causados pela ausência do acesso à água potável por essas populações rurais que se encontram distantes das sedes municipais.

Diante do exposto, conforme citado acima, a Codevasf, através da 8ª Superintendência Regional, atua nos municípios maranhenses, através da realização de ações estruturantes, incrementando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais de baixa renda, como meio de diminuir os efeitos causados pela ausência e privação do acesso adequado à água. Dessa forma, a promoção do certame para contratação torna-se necessária, viável e visa atender exclusivamente ao interesse da coletividade.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preços Unitários

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será efetuado por medições das unidades efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MAIOR DESCONTO, com Sistema de Registro de Preços (SRP).

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta no Termo de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, Lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

NECESSIDADE DE DESAPROPRIAÇÃO:

Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Desconto

Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade, a qualidade dos serviços não será afetada por se tratar de serviços comuns de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução e fiscalização do contrato.

GARANTIA DO OBJETO:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

GARANTIA DE EXECUÇÃO (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, fica estipulada no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em espécie, Seguro garantia emitido por seguradora autorizada pela SUSEP ou fiança Bancária, a critério da contratada.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

ORÇAMENTO PÚBLICO/ABERTO:

A definição pelo orçamento público tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

DA ADMISSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO:

Será permitida a subcontratação parcial dos serviços objeto deste TR, com anuência prévia da Codevasf. Será permitido a subcontratação apenas para os serviços dos subitens 2.25 ao 2.34, constantes no item 2.23 Poços Sedimentares - reservação, cerca de proteção e bebedouro, entendidas como atividades auxiliares, que não são atividades fim da Contratada que são os serviços que deverão ser objeto de execução diretamente pela mesma.

DA ADMISSIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:

Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio, de no máximo 02 (duas) empresas, visando ampliar a competitividade, possibilitando a participação de empresas de menor porte, melhor aproveitamento do mercado e peculiaridades locais. A quantidade máxima de empresas consorciadas foi determinada considerando-se a quantidade de serviços e da baixa complexidade dos serviços padronizados.

DA NÃO ADMISSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:

É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

DO SERVIÇO COMUM:

O objeto da licitação, “Execução dos Serviços de Engenharia necessários à perfuração, montagem e instalação de poços tubulares a serem executados em diversos municípios inseridos na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf”, **é qualificado como SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado à frequente contratação, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.**

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP):

Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura rural dos municípios inseridos na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf.

DA NÃO DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP):

Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

NÃO PARCELAMENTO:

Não haverá parcelamento dos 20 (vinte) poços em lotes por região, tendo em vista que o quantitativo para perfuração no estado do Maranhão é reduzido, conforme estimativa baseada nas contratações realizadas nos últimos exercícios pela 8ª Superintendência Regional da Codevasf. Ademais, as localidades a serem contempladas com a implantação dos poços ainda não estão definidas, levando em



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

consideração tratar-se de registro de preços para contratação futura, conforme disponibilidade orçamentária. Dessa forma, a contratação de uma única empresa para perfuração dos poços estimados proporcionará a economia de escala e a diminuição do valor do lance dos serviços de implantação dos poços previstos. Nesse sentido, subentende-se que a mobilização de frentes de trabalho para execução de poucos serviços a serem realizados em vários lotes por empresas distintas elevará os custos e, consequentemente, o valor das propostas. Além do mais, existem estudos técnicos a serem realizados anteriormente ao início dos serviços e da definição das localidades, conforme critérios estabelecidos no item 4 do Termo de Referência. Sendo assim, poderia ocorrer que municípios pertencentes a determinado lote não estejam aptos por ausência de documentações e características técnicas, entre elas, a regularização fundiária e ambiental, condições hidrogeológicas, perfil da comunidade e ausência de sistemas de abastecimento de água.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato. A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira. Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela. A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico - financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame. Diante da legislação e da jurisprudência alhures citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico - financeira de bem executar o objeto contratado, sem surpresas no curso da avença. Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índice, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018-MP que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União). Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O consciente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. Liquidez Geral. É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo Prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.

2. Solvência Geral. É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Identifica a segurança apresentada, para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência por bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o patrimônio Líquido).

3. Liquidez Corrente. É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo.

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a Codevasf disponha, como critério de aferição da saúde econômico - financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

Da apresentação de Capital Social:

Com base na Súmula 275 do Tribunal de Contas da União, será exigida na presente licitação a apresentação de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf, tendo em vista que a qualificação econômico - financeira visa demonstrar que a licitante dispõe, em tese, de capacidade financeira para executar os serviços de implantação de poços a ser licitado. Em análise aos processos administrativos de penalização aplicados por esta Superintendência Regional, verificamos a ocorrência de fornecedores sancionados por inexecução das Ordens de Serviços de obras e serviços de engenharia. Sendo assim, tal exigência possibilita a prevenção da seleção de empresas sem condições financeiras para a mobilização das frentes de trabalho, evitando a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços. Ademais, tende a dirimir possível inexecução total ou parcial por empresas “aventureiras”, afastando o prejuízo no benefício social a ser alcançado com a contratação e a perda do orçamento.

DA AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR E OUTORGA DE USO:

A obtenção da Autorização de Perfuração será responsabilidade da Codevasf. Entretanto caberá à contratada a elaboração de *Estudo Hidrogeológico Para Perfuração de Poço*, com respectiva ART, conforme Termo de Referência (TR) disponível no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA/MA. É responsabilidade da contratada a realização e/ou atualização de seu cadastro como empresa perfuradora de poço, junto à SEMA, conforme previsto na Portaria SEMA nº 33, de 28 de fevereiro de 2013. Também é responsabilidade da contratada a emissão de declaração, para cada poço previsto no contrato, informando que irá executar o serviço de perfuração, conforme modelo da SEMA. O início da perfuração do poço está condicionada à obtenção da Autorização de Perfuração emitida pelo órgão ambiental. A perfuração deverá ocorrer conforme condicionantes que eventualmente forem estabelecidas pelo órgão ambiental na Autorização de Perfuração.

Após finalizada a perfuração, se for o caso, a contratada deverá entregar à Codevasf, além da documentação de praxe relativa à perfuração do poço, tais como ficha técnica, análise bacteriológica e físico - química da água, Estudo Hidrogeológico para Outorga de Uso, com respectiva ART, conforme TR da SEMA.

Estudos Hidrogeológicos para Perfuração de Poço e para Outorga de Uso elaborados em desacordo com o Termo de Referência da SEMA serão devolvidos pela Codevasf à contratada para que sejam refeitos. O pagamento dos Estudos Hidrogeológicos, previstos nas planilhas orçamentárias, está condicionado à adequação destes documentos ao TR da SEMA.

Marcone Maia Leite
Chefe da 8ª GRR/USA